

**RE nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.720.230 - MG  
(2018/0003733-1)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : IZABEL DE OLIVEIRA E SILVA  
**ADVOGADOS** : RONALDO BRETAS DE CARVALHO DIAS - MG029171  
IGOR LEAO DE SOUZA LIMA - MG099109  
**RECORRIDO** : INES ALICE TEIXEIRA LEAO  
**RECORRIDO** : WAGNER LUCIO TEIXEIRA LEAO  
**RECORRIDO** : VANIA LUCIA TEIXEIRA LEAO VON STOSCH  
**ADVOGADOS** : RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR E OUTRO(S) - MG021209  
MARIA ANTÔNIA DE OLIVEIRA CÂNDIDO - MG031909  
CAROLINA FAGUNDES CANDIDO OLIVEIRA - MG084255  
**ADVOGADOS** : JULIANA FAGUNDES CANDIDO - MG088030  
FELIPE FAGUNDES CÂNDIDO - MG098606

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por IZABEL DE OLIVEIRA E SILVA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 373):

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DO STJ QUE NÃO CONHECEU O RECLAMO ANTE A AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 - IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. "Segundo a clara dicção do artigo 1.021, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015, o prévio recolhimento da multa prevista no § 4º do referido artigo é pressuposto objetivo de admissibilidade de qualquer impugnação recursal, não se conhecendo do recurso manejado sem esse pagamento" (EDcl no AgInt no AREsp 859.529/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 29/08/2016).

2. Agravo interno desprovido.

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos, nos termos da

seguinte ementa (fl. 394):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC/15. 1.1. Na hipótese, verifica-se omissão no acórdão embargado quanto à aplicação ao caso concreto do art. 5º, LV, da Constituição Federal e da Súmula Vinculante 21 do STF. 1.2. A esta Corte é vedada a análise de dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte. Precedentes.

2. É inviável a análise de questão meritória quando o recurso especial não ultrapassou sequer o juízo de admissibilidade, motivo pelo qual não há falar em omissão e contradição no julgado neste ponto. Precedentes.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão apontada.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 400/409), sustenta a defesa que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, inciso LV, bem como ao enunciado da súmula vinculante n.º 21 do Supremo Tribunal Federal.

Alega que se revela "inconstitucional a decisão monocrática confirmada nos acórdãos recorridos, a qual, a título de pressuposto de conhecimento do recurso, exige da recorrente recolhimento prévio do valor da multa, vez que o recurso especial interposto questiona, exatamente, a constitucionalidade e a legalidade da imposição da referida penalidade processual (multa), em aberta contrariedade ao conteúdo da norma que a prevê (art. 1.021, § 4º, do CPC)" - fl. 405.

Pontua que, no tocante ao enunciado sumular n.º 21 do Supremo Tribunal Federal, "conquanto editado para salvaguarda do direito de recorrer, no processo administrativo, apontado enunciado sumular também é pertinente aos recursos interpostos em processos judiciais, ao contrário do que decidiram os acórdãos recorridos" (fl. 406).

As contrarrazões não foram apresentadas, consoante certidão acostada à fl. 415.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao recurso em razão da ausência do recolhimento da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n.º 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218 )

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, ante a ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, que afasta o cabimento do recurso extraordinário em face da falta de repercussão geral, fica inviabilizada a análise da questão constitucional suscitada, relacionada à apontada ofensa

ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e ao enunciado n.º 21 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

